

Cafeicultura, renda básica e cidadania: paralelismo entre Brasil, Uganda e Vietnã

Flávia Maria de Mello Bliska¹, Celso Luís Rodrigues Vegro²

RESUMO

As relações entre renda básica, cidadania e produção de café, foram analisadas por meio de estudo de campo conduzido nas principais regiões cafeeiras do Brasil, Vietnã e Uganda, grandes produtores mundiais, que representam três continentes e diferentes sistemas e estruturas de produção, modelos de relações sociais e trabalhistas e sistemas de governo. As informações fundamentais foram obtidas mediante aplicação de questionário estruturado, *in loco*, entre março e maio de 2008. Os resultados indicaram diferenças significativas entre aqueles três países. No Brasil, a previdência rural, o salário mínimo e o acesso à educação básica se destacam no acesso a cidadania, apesar de possíveis críticas. Por outro lado, no Brasil, há indícios de que, no curto e médio prazo, a garantia da renda básica, pode gerar acomodação e desinteresse dos cafeicultores, por patamar tecnológico mais elevado e por independência da família do suporte governamental. No Vietnã, além do acesso a escola, se destaca o acesso pacífico a terra, mediante legislação, o que pode ser considerado um fator crucial para a cidadania numa sociedade de traço notadamente rural. Em Uganda, a ausência de mecanismos de garantia da renda básica torna o acesso a cidadania dependente das alterações na produtividade e no preço internacional do café, principal fonte de renda do país. O avanço de cidadania observado no Brasil e no Vietnã não foi alcançado na maioria dos países cafeicultores africanos, cujas características são muito similares às observadas em Uganda. Entretanto, embora o acesso à educação, habitação, igualdade de gêneros, saúde, lazer e cultura estejam muito mais adiantados no Brasil, isso não é mais decisivo para o país, pois o café não tem mais o potencial civilizatório que teve no século passado. Entretanto, na África, particularmente em Uganda, bem como no Vietnã, o desenvolvimento da cafeicultura ainda é decisivo para se alcançar cidadania.

Palavras-chave: café; política agrícola; segurança alimentar.

¹ Instituto Agrônômico – IAC, Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo – SAA-SP, bliska@iac.sp.gov.br

² Instituto de Economia Agrícola – IEA, SAA-SP, celvegro@iea.sp.gov.br

INTRODUÇÃO

Em termos sociais e econômicos o café é um dos produtos agrícolas mais importantes no mundo. Sua lavoura encontra-se dispersa por mais de 60 países produtores, em quatro continentes – América, Ásia, África e Oceania. É produzido principalmente em propriedades familiares, em países em desenvolvimento. Sua comercialização ocorre no mundo todo e seu consumo se concentra nos países desenvolvidos. A receita gerada pelo café é estimada em mais de US\$15 bilhões e as vendas anuais no varejo são estimadas em mais de US\$70 bilhões. Estima-se, ainda, que 25 milhões de pessoas dependam do café para sobreviver e que sua cadeia produtiva envolva 100 milhões de pessoas.

Brasil e Vietnã são os maiores produtores mundiais, com respectivamente 36% e 15% da produção mundial. A seguir destacam-se Colômbia, Indonésia, México, Etiópia, Índia, Peru, Guatemala e Uganda. Embora nas últimas décadas a maioria dos países produtores tenha diversificado suas economias – como Brasil e México – se tornando menos dependentes do café como gerador de divisas, muitos países ainda são vulneráveis às flutuações de preços do café no mercado internacional, principalmente aqueles onde esse produto ainda representa parcela significativa das receitas cambiais, como Burundi, Etiópia, Honduras, Nicarágua, Uganda e Guatemala (ICO, 2010a,b).

A relação entre cafeicultura e indicadores socioeconômicos, principalmente segurança alimentar, foi observada em estudo sobre prospecção de demandas para a cafeicultura do Estado de São Paulo, Brasil (Bliska e Guerreiro Filho, 2007). Historicamente, uma conjunção de fatores atuou no desenvolvimento da cafeicultura deste Estado, no sentido da produção de alimentos por imigrantes, trazidos para as fazendas de café, e que produziam diversificada gama de produtos alimentares, auxiliados pela complementaridade entre a logística ferroviária de escoamento de café e a distribuição de alimentos. Muitos autores atribuem a esse fato um dos pilares da industrialização no Brasil, pois propiciou o abastecimento de populações urbanas crescentes, voltadas ao trabalho nas indústrias e nos serviços (Cano, 1998). É nessa perspectiva, de uma fase específica de expansão da cafeicultura, com a absorção da força de trabalho dos imigrantes europeus e asiáticos no Oeste paulista, que a questão da segurança alimentar começa a interagir com o setor cafeeiro brasileiro. Posteriormente, analisando-se o comportamento e a importância

da produção agrícola e da indústria de café para a economia brasileira, identificou-se mais uma vez a possível relação entre café e segurança alimentar, além da possível relação entre cafeicultura, renda básica e cidadania (Bliska *et al.*, 2009).

Essa observação é corroborada por pesquisadores e componentes da cadeia produtiva do café, no Brasil e em outros países produtores. O período de preço baixo do café é citado como devastador para os cafeicultores e países produtores, com aumento das taxas de pobreza, desemprego, migração e evasão escolar (Bliska, Pereira e Giomo, 2007). Estudos de Bussolo *et al.* (2006) e Murekezi *et al.* (2009), respectivamente para Uganda e Ruanda, indicam que reduções no preço do café aumentam o nível de pobreza e reduzem o de bem estar das populações rurais daqueles países.

No Brasil, a cultura encontra-se dispersa por muitos estados, porém sua produção se concentra nos Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Bahia e Rondônia. Em Minas Gerais e Espírito Santo, 70% da produção de café são provenientes de propriedades familiares. Embora sua contribuição tenha sido historicamente relevante para a economia nacional, em função da geração de produto, renda e empregos, após muitos anos como principal produto das exportações brasileiras, o café começou a perder importância relativa. Em 1962 o café respondia por 50,0% das receitas cambiais das exportações brasileiras, passando para 35,0% em 1970, 14,0% em 1980, 4,0% em 1990, 2,8% em 2000 (Carvalho, 2002) e 2,4% em 2008 (Embrapa Café, 2010). Entretanto, o Brasil ainda é o maior produtor mundial de café, com participação na produção mundial estimada em um terço. Ademais, o café ainda é muito importante para o país, por ser uma cultura intensiva no uso de mão-de-obra, na maioria das regiões produtoras, especialmente na época da colheita. O consumo interno é muito grande; tem crescido 15% ao ano e há expectativa de que continue a crescer a essa taxa. Em 2009 o consumo interno alcançou 4,65kg de café torrado por habitante, ou 78 litros/hab./ano (ABIC, 2010).

O Vietnã é o maior produtor de café do sudeste Asiático e segundo maior produtor mundial. O café é sua segunda maior cultura de exportação, perdendo apenas para o arroz. Cerca de 95% do café produzido são exportados para 50 países, principalmente Estados Unidos, Alemanha e Japão. Ao contrário do Brasil, o mercado doméstico é muito pequeno. O café é consumido por pessoas de renda média e alta em áreas urbanas. Nas áreas rurais vivem 70% da

população, os quais raramente consomem o produto. Na década de 80, apenas 50% dos 22.500 hectares de café do Vietnã eram produtivos, com produção total de 8.400 toneladas. Nos anos 90 houve crescimento formidável da área plantada com café, com exportações orientadas pelos altos preços do produto, que prevaleceram até 2000, fazendo do Vietnã o segundo maior produtor mundial. Nos anos 80 a indústria de café vietnamita desenvolveu-se com base no café robusta, que se adaptou bem às altas temperaturas vigentes e às condições do clima úmido do Sul do País, com sistema de produção intensiva, alta produtividade e densidade de plantio, utilização de grandes volumes de água e de fertilizantes minerais e cultivo a pleno sol. No Vietnã há 600mil produtores de café, estritamente familiares, 200 mil trabalhadores em tempo parcial e outras 200 mil pessoas indiretamente empregadas na cultura. Considerando-se que o tamanho médio das famílias é de 5 pessoas, 2,5 milhões de pessoas nas áreas rurais dependem do café para sua sobrevivência. Parte desses produtores, pertencem a minorias étnicas e muitos vivem abaixo da linha oficial de pobreza.

Uganda é um dos maiores produtores de café da África e um dos dez maiores produtores mundiais. A produção é essencialmente familiar, concentrada principalmente na região Centro-Sul, mas está dispersa por diversos distritos. A contratação de trabalhadores não é significativa. O café é o principal produto de exportação e fonte de divisas, embora o principal produto agrícola do país seja a banana, para consumo interno, subsistência e renda alternativa quando cai o preço internacional do café. Assim como no Vietnã, o mercado doméstico não é significativo: 99% da produção são exportados. Os produtores não possuem recursos financeiros para aquisição de insumos agrícolas e, embora diversos programas internacionais atuem no País, na organização dos produtores e transferência de tecnologia, o nível tecnológico ainda é muito baixo.

Em função da importância socioeconômica da lavoura do café para os países produtores, o objetivo deste artigo é analisar as relações entre essa atividade agrícola, a renda básica e a cidadania de cafeicultores e trabalhadores agrícolas – principalmente quanto à educação, habitação, igualdade de gêneros, saúde, lazer e cultura – por meio de pesquisa *in loco* em três países produtores: Brasil, Vietnã e Uganda. Esses países, além de grandes produtores de café, representam três continentes e diferentes sistemas e estruturas de produção, modelos de relações sociais e trabalhistas e sistemas de governo.

METODOLOGIA

Este estudo baseia-se fundamentalmente em pesquisa de campo, com entrevistas semi-estruturadas, realizadas em três países produtores de café, no período de março a maio de 2008: Brasil (maior produtor mundial), Vietnã (segundo maior produtor) e Uganda (décimo maior produtor). Foram levantadas informações qualitativas e quantitativas fundamentais, para caracterizar os principais aspectos fitotécnicos e socioeconômicos de suas cafeiculturas e associá-los à renda básica e cidadania. Nos três países, a amostra foi selecionada por consultores, especialistas em café, que aliaram disponibilidade de pessoas e empresas, logística e necessidades do estudo: produtores certificados e não certificados, produtores e representantes de produtores, trabalhadores permanentes e temporários, cooperativas, consultores, certificadoras, exportadores, intermediários, pesquisadores e extensionistas, dentre outros componentes da cadeia produtiva do café e dos ambientes institucional e organizacional a elas relacionadas (Quadros 1 a 7).

No Brasil as entrevistas abrangeram representantes dos principais estados cafeicultores: Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo, Paraná, Bahia e Rondônia. No Vietnã foram visitadas as províncias de Lam Dong e Dak Lak; as entrevistas foram realizadas nas províncias e no município de Hanói. Os distritos produtores de café visitados em Uganda foram Masaka e Mukono; as entrevistas foram realizadas nos distritos e no município de Kampala.

Para estudar as relações entre a cultura do café, renda básica e cidadania, foram analisados: salário e previdência rural, existência e atuação programas especiais e acesso à terra (aproximação para renda básica) e acesso à educação, habitação, saúde, igualdade de gênero, lazer e cultura (cidadania). As análises incorporaram resultados de pesquisa realizada *in loco*, via entrevistas estruturadas, com 59 agentes-chave da cadeia produtiva do café, nas principais regiões cafeeiras do Brasil, entre abril e setembro de 2006, complementares e significativos para a análise dos resultados do levantamento realizado em 2008.

Também foram utilizados indicadores socioeconômicos, populacionais, conjunturais e culturais, obtidos junto a instituições de pesquisa, entidades de classe, literatura científica e mídia especializada, para analisar os perfis das respectivas cafeiculturas e a Paridade do Poder de Compra (PPC) entre as regiões cafeeiras daqueles países, tais como preços da saca de café (ao produtor), óleo diesel, sal, açúcar e salário do trabalhador temporário.

Quadro 1. Estrutura geral das entrevistas realizadas no estudo: Brasil, Vietnã e Uganda (2008).

1.	Saúde e segurança: qualidade e disponibilidade de alimentos e água, condições de moradia (produtores e trabalhadores) e de alojamento para trabalhadores temporários, saúde e segurança ocupacional.
2.	Acesso à educação e trabalho infantil: ensino fundamental, médio e universitário.
3.	Bem estar e relações com a comunidade: direitos básicos de trabalhadores e produtores; participação ativa em organizações de classe; lazer e cultura.
4.	Atuação de programas governamentais e não-governamentais
5.	Igualdade de gêneros.
6.	Acesso à terra.

Fonte: Estrutura elaborada no estudo.

Quadro 2. Disponibilidade de alimentos e água: estrutura das entrevistas no Brasil, Vietnã e Uganda* (2008).

1.	Número médio de refeições diárias dos produtores, trabalhadores e seus familiares.
2.	Alimentos básicos .
3.	Percepção sobre qualidade das refeições diárias (ingredientes mais comuns).
4.	Disponibilidade de proteína animal nas refeições.
5.	Disponibilidade de leite para as crianças. Período de amamentação.
6.	Alimentação infantil após período de amamentação.
7.	Disponibilidade de alimentos: cultivo de subsistência, compras, trocas.
8.	Alimentação nas escolas (auxílio governamental, taxa de merenda, outros).
9.	Disponibilidade de água potável e percepção sobre doenças e indisposições em geral.
10.	Disponibilidade e qualidade alimentar: percepção quanto às regiões não cafeicultoras.

*Todos os itens incluem avaliação sobre gênero.

Fonte: Estrutura elaborada no estudo.

Quadro 3. Condições de moradia e alojamento para trabalhadores temporários: estrutura das entrevistas no Brasil, Vietnã e Uganda* (2008).

1.	Condições de ventilação e iluminação natural.
2.	Existência de vidros, umidade em paredes e forros, goteiras.
3.	Presença, condições de uso/limpeza e localização de sanitários.
4.	Independência entre as áreas de alimentação e repouso.
5.	Independência entre moradia ou hospedagem e áreas de estocagem de insumos, produtos agrícolas e animais domésticos.

Fonte: Estrutura elaborada no estudo.

Quadro 4. Acesso à educação: estrutura das entrevistas no Brasil, Vietnã e Uganda* (2008).

1.	Crianças em idade escolar que frequentam e que concluem o ensino básico regularmente (ensino primário, em Uganda e Vietnã).
2.	Jovens em idade escolar que frequentam e concluem ensino médio (ensino secundário, em Uganda e Vietnã).
3.	Crianças que frequentam a escola e também trabalham.
4.	Oportunidade de acesso ao ensino universitário.

*Todos os itens incluem avaliação sobre gênero.

Fonte: Estrutura elaborada no estudo.

Quadro 5. Bem estar e relações com a comunidade: estrutura das entrevistas no Brasil, Vietnã e Uganda* (2008).

1.	Direitos básicos de trabalhadores e produtores.
2.	Participação ativa em organizações de classe.
3.	Saúde ocupacional.
4.	Lazer e cultura.
5.	Programas governamentais e não-governamentais.

*Todos os itens incluem avaliação sobre gênero.

Fonte: Estrutura elaborada no estudo.

Quadro 6. Programas governamentais e não-governamentais: estrutura das entrevistas no Brasil, Vietnã e Uganda (2008).

1.	Política fundiária.
2.	Programas especiais (Ex: Bolsa Família, Manutenção dos Jovens no Campo, Revitalização da Assistência Técnica, Luz para Todos).
3.	Organizações não governamentais: certificadoras e programas internacionais de auxílio à organização dos produtores e transferência de tecnologia (Ex: Embden, Drishaus & Epping Consulting – E.D.E. Consulting/Fundação Neumann, Agência Norte-Americana para o desenvolvimento Internacional – USAID, Agência Alemã de Cooperação Técnica – GTZ).

Fonte: Estrutura elaborada no estudo.

Quadro 7. Instituições visitadas e totais de entrevistas no Brasil, Vietnã e Uganda (2008).

Instituições visitadas e entrevistadas		Total de entrevistas		
		Brasil	Vietnã	Uganda
Universidades e Institutos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação		7	2	0
Instituições relacionadas à certificação e verificação de café		4	1	3
Entidades de classe e autoridades governamentais para política agrícola e produção de café		1	6	4
Cooperativas de Cafeicultores		6	0	2*
Empresas nacionais e internacionais de assistência técnica e extensão rural e consultores		9	3	5
Intermediários (coletores, maquinistas), compradores e exportadores		2	7	2
Cafeicultores	Propriedades com área > 50ha	0	1	1
	Propriedades com área entre 10 e 50ha	0	0	0
	Propriedades com área até 10ha	4**	4*	4*
Total		66	23	21
* Propriedades com no máximo 2 acres				
** Propriedades com no máximo 2 hectares				

Fonte: Especialistas, entidades e produtores selecionados no estudo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do estudo indicaram diferenças significativas entre aqueles três países.

Uma das diferenças fundamentais se refere a legislação trabalhista. Enquanto no Brasil a legislação estabelece salário mínimo e previdência social rural, em Uganda, onde mais de 90% da produção é familiar, não há salário mínimo ou previdência rural e o atendimento médico governamental é mais precário do que no Brasil: aposentadoria e renda básica são diretamente proporcionais ao número de filhos, ou seja, os filhos são a garantia de sustento dos pais na doença e velhice. No Vietnã, os produtores também não possuem sistema previdenciário, embora a assistência médica seja garantida. No Brasil, a situação é diferente. Para produtores familiares não há salário mínimo, mas há previdência (aposentadoria). Para os trabalhadores contratados, há salário mínimo e previdência. Para os trabalhadores temporários, há disputa por empregados durante a colheita, mas não necessariamente renda básica garantida para o ano todo e previdência. Em síntese, a previdência rural, no Brasil, merece destaque, por possibilitar o acesso a cidadania, apesar de possíveis críticas.

Com relação à disponibilidade e qualidade de alimentos e água, no Vietnã, nas regiões cafeeiras, a alimentação é, em geral, bastante diversificada. O café é cultivado em sistema de monocultura, porém os produtores costumam reservar parte da área total para cultivo de milho, pomar e horta, criação de porcos, patos, peixes e algumas vezes vaca leiteira. A cafeicultura é familiar, mas na colheita contrata-se mão-de-obra complementar. Os trabalhadores em geral se deslocam da região Norte para as colheitas na região Centro-Sul e permanecem em cada propriedade geralmente de dois a sete dias. Os empregadores fornecem pouso e três refeições diárias. A disponibilidade e diversidade alimentar de cafeicultores e trabalhadores, ao menos durante a colheita, são similares. Parte da produção de outros alimentos pode se destinar à comercialização, porém grande parte é utilizada na alimentação dos produtores e trabalhadores temporários. Grande parte da água disponível é utilizada de forma indiscriminada na irrigação dos cafezais, com bombas a diesel. Os cursos de água estão poluídos e assoreados. Há coleta e armazenamento de água, mas não é comum haver água encanada nas residências rurais. A cafeicultura, por garantir de posse da terra e dar maior liberdade para diversificar a produção em algumas áreas das propriedades, em relação aos produtores das fazendas estatais.

Em Uganda, a disponibilidade e diversidade de alimentos são significativamente melhores na região cafeeira do que na região norte do País, onde predomina a pecuária extensiva e nômade. Dois indicadores sociais se destacam: a taxa de mortalidade infantil é menor na região cafeeira do que a média do País, e a frequência escolar é maior na região cafeeira. A alimentação básica da população é o batoque (massa de banana cozida). Como a região cafeeira produz muita banana, o ano todo, não se observa fome, em seu sentido estrito, mas observa-se carência nutricional. A alimentação é complementada com mandioca, batata, cará e ervas. Quando o preço do café cai, a alimentação dos produtores e familiares se restringe quase exclusivamente ao batoque. Se o preço sobe o batoque é intercalado com outros alimentos. Porcos e galinhas são criados em quase todas as propriedades rurais. Algumas vezes há vaca leiteira, mas esses produtos são destinados principalmente à comercialização com os centros urbanos, para complementar a renda familiar e apenas esporadicamente à alimentação. A amamentação, em geral, ocorre até os dois anos, quando os bebês passam a comer batoque, mas pode ser encerrada antes, no caso da mãe ter outro filho. O sistema produtivo predominante no País contribui significativamente para a segurança alimentar dos cafeicultores: café ligeiramente sombreado, consorciado com banana, feijão, mandioca, inhame e ervas comestíveis deixadas ao longo das linhas. O número de trabalhadores contratados é pouco significativo, mas sua alimentação segue o mesmo padrão dos cafeicultores familiares: não há fome porém há deficiências nutricionais. Não há água encanada, coleta e armazenamento de água, mas há muitas nascentes na região cafeeira e a população caminha até 2km para buscar água, em galões de plástico, para todas as atividades domésticas, e seu tratamento é realizado via fervura ou pastilhas de cloro.

A relação entre cafeicultura e cidadania pode também ser observada no acesso à escola. Tanto no Brasil como no Vietnã o acesso à educação básica (até o ensino médio) é importante e não depende da renda gerada pela cafeicultura. Nesses dois países, as oportunidades de acesso à escola para meninas e meninos são semelhantes. Em Uganda, ao contrário, a ausência de renda básica faz com que as crianças entrem e saiam da escola em função da produtividade e alterações do preço do café e, para as meninas, as oportunidades de acesso à educação são menores do que para os meninos, principalmente após o ciclo básico é muito menor que a dos meninos. Se o preço do café cai, as crianças são retiradas das escolas, pois não há recursos para despesas escolares (a população rural não paga taxa escolar, mas paga uniforme, caderno, lápis, borracha e a alimentação servida na escola); se o preço do café sobe, as crianças retornam à escola e

observa-se maior diversificação na alimentação. Como o número de filhos é geralmente muito grande, a filha mais velha costuma cuidar os irmãos mais novos. Assim, muitas vezes os meninos vão à escola enquanto a irmã mais velha cuida das crianças que ainda não estão em idade escolar. Outra razão é a idade em que as mulheres começam a ser mães. As mulheres em geral se casam muito jovens, a partir dos 14 anos, e passam a ter que cuidar dos filhos.

A questão de gênero é muito importante em Uganda, bem como em diversos outros países africanos. Em Uganda, esposas e filhas não herdam a terra, embora trabalhem nas lavouras tanto ou mais que os homens.

No Vietnã a oportunidade de acesso à terra não depende do gênero, mas de esforço efetivo em produzir de acordo com a política governamental. No Vietnã, os produtores rurais que optam pela cultura do café podem utilizar a terra por 15 anos, renováveis por outros 15 e assim sucessivamente, por ser uma cultura perene e que proporciona ao país importante fonte de divisas, via exportação. A renda gerada pelo café permite que os filhos dos cafeicultores vietnamitas tenham acesso à universidade – objetivo principal dos produtores entrevistados – bem como possibilidade de melhores moradias e meios de locomoção (a motocicleta é sonho de consumo da maior parte dos vietnamitas). Em algumas regiões há outros tipos de incentivo via políticas públicas, por exemplo, para a produção de flores destinadas à exportação. Embora a relação de rendimentos que possam ser considerados como “renda básica” seja extensa, a partir de dados levantados no Vietnã, concluiu-se que o acesso à terra mediante legislação, de modo pacífico, pode ser considerado um fator crucial para a cidadania numa sociedade de traço notadamente rural.

Quanto aos programas de garantia de renda básica, em algumas regiões cafeeiras brasileiras, como no Vale do Jequitinhonha, Estado de Minas Gerais, os produtores familiares que recebem Bolsa Família não demonstraram estímulo para melhorar o nível tecnológico de suas lavouras. Alguns especialistas acreditam que essa falta de estímulo possa ser compensada pelo fato das crianças que frequentam a escola por mais tempo terem oportunidade de, no futuro, aprenderem a procurar e utilizar novas tecnologias e serem empreendedores. Este resultado conduz a um dilema: a renda básica é realmente benéfica? Ou seja, é preciso saber o quanto esse tipo de política social não constrói apenas portas de entrada e não de saída, isto é, independência

da família do suporte governamental. No longo prazo se espera que essa independência ocorra por meio da qualificação dos filhos, resultando em maior empregabilidade desses futuros profissionais. Porém no curto e médio prazo há indícios de acomodação e desinteresse por ações que permitam saltar para um patamar de bem estar mais elevado.

No caso do café, a produtividade do trabalho pode explicar a situação econômica díspar observada entre Brasil e África. Se no Brasil a produtividade média supera 20 sacas beneficiadas por hectare, na África se encontra abaixo das 10sc/ha. Além disso, de modo geral, o mercado brasileiro é mais estruturado e a renda dos negócios ou aquela distribuída pelos programas sociais alcançam as famílias em situação de risco. Tal avanço de cidadania não foi alcançado pela maioria dos países africanos. O grau de desenvolvimento econômico pode ser o fator preponderante para explicar o atraso nesse campo no caso da África. A tenacidade daqueles que tem produtividade do trabalho maior, é naturalmente maior nos períodos de crise. As crianças não precisam abandonar as escolas. Ademais, quando o aperto monetário vem com força os produtores familiares sempre conseguem trabalhos informais junto aos empresários rurais o que complementa a renda agrícola. Além disso, se considerarmos que em geral a produção de café nos demais países africanos é muito similar à produção em Uganda, há de se considerar os conflitos étnicos permanentes, que não permitem significativa mobilidade entre os agentes econômicos.

Para auxiliar a análise dos resultados foram utilizados para os três países: indicadores socioeconômicos e populacionais (Quadro 8); preços da saca de café (ao produtor), óleo diesel, sal, açúcar e salário do trabalhador temporário (Quadro 9).

Quadro 8. Indicadores socioeconômicos (Brasil, Vietnã e Uganda): Paridade do Poder de Compra – PPC (US\$); PPC/habitante (US\$/hab.); Índice de Gini; Índice de desemprego (%); Mortalidade infantil (por 1000 nascidos vivos); População abaixo do nível de pobreza (%); Expectativa de vida (anos); Ocupação da força de trabalho (%); composição do Produto Interno Bruto (PIB) por setor de atividade (%), 2008.

Indicadores	Brasil	Colocação	Vietnã	Ordem	Uganda	Ordem
PPP (US\$)	1,998 trilhões	10 ^o -	242,30 bilhões	46 ^o -	40,08 bilhões	95 ^o -
PPP <i>per capita</i> (US\$/hab)	10,200	102 ^o -	2,800	168 ^o -	1,300	204 ^o -
Índice de Gini (%)	56,7	10 ^o -	37	78 ^o -	45,7	41 ^o -
Índice desemprego (%)	7,9	109 ^o -	4,7	59 ^o -	-*	-
Mortalidade infantil**	22,58	97 ^o -	22,88	96 ^o -	64,82	33 ^o -
População abaixo da linha de pobreza (%)	31		14,8		35	
Expectativa vida (anos)	71,99	121 ^o -	71,58	127 ^o -	52,72	200 ^o -
Composição da ocupação da força de trabalho e do PIB (%)	Brasil		Vietnã		Uganda	
	Força de trabalho	PIB	Força de trabalho	PIB	Força de trabalho	PIB
Agricultura	20	6,7	55,6	22	82	21,5
Indústria	14	28	18,9	39,9	5	24,6
Serviços	66	65,3	25,5	38,1	13	53,9

* Não disponível ** Número de mortes infantis/1000 nascidos vivos

Fonte: *Central Intelligence Agency* – CIA (2009).

As informações indicam que: 1) no Brasil, a força de trabalho agrícola e a participação da agricultura no Produto Interno Bruto (PIB) são percentualmente menores do que no Vietnã e Uganda (Quadro 8); 2) a desigualdade social no Vietnã é inferior à dos outros dois países, bem como a parcela da população abaixo da linha de pobreza (Quadro 8); 3) o poder de compra da população brasileira em geral e do trabalhador temporário, nas regiões cafeeicultoras, é maior no Brasil (Quadro 9); e 4) o cafeeicultor brasileiro encontra-se em desvantagem, principalmente em relação ao cafeeicultor vietnamita, por exemplo, uma saca de café arábica equivale a 133 litros de óleo diesel no Brasil, enquanto no Vietnã a mesma saca equivale a 220 litros (Quadro 9).

Quadro 9. Poder de compra dos cafeicultores do Brasil, Uganda e Vietnã: preço da saca de café beneficiado (60kg), preço de óleo diesel, sal, açúcar e salário dos trabalhadores temporários, em US\$, abril de 2008.

Preço (US\$)		Brasil	Vietnam	Uganda
Saca café de beneficiado (60kg)	Arábica (a)	128.1 – 152.4	143.2	90.0 – 97.2
	Robusta (b)	115.1 – 132.2	82.3	66.0 – 71.4
Estimativa de custo da saca café de beneficiado (60kg)	Arábica (a)	90.5 – 169.0	–	–
	Robusta (b)	48.3 – 81.5	40.0 – 67.0	15.0 – 30.0
Óleo diesel (litro) (c)		1.15	0.65	1.27
Saca café /Óleo diesel	Arábica: (a)/(c)	111 – 133	220	71 – 77
	Robusta: (b)/(c)	100 – 115	126	52 – 56
Salário do trabalhador temporário (d)		10.7 – 17.8	3.0 – 4.0	2.0
Sal (kg) (e)		0.71	0,19	0.25
Açúcar (f)		0.53	1	1.12
Saca café /Sal	Arábica: (a)/(e)	180 – 215	754	360 – 389
	Robusta: (b)/(e)	162 – 186	433	264 – 286
Saca café /Açúcar	Arábica: (a)/(f)	242 – 288	143	75 – 81
	Robusta: (b)/(f)	217 – 249	82	55 – 60
Salário temporário/Sal (US\$/kg) (d)/(e)		17 – 25	16 – 21	8
Salário temporário/Açúcar (US\$/kg) (d)/(f)		20 – 34	3 – 4	2

Fonte: Informações do estudo, levantadas *in loco*.

CONCLUSÕES

Embora possamos listar em cidadania o acesso à educação, habitação, igualdade de gêneros, saúde, lazer e cultura como muito mais adiantados no Brasil do que na África, isso era decisivo na época áurea do café, hoje não mais. Excetuando-se o Estado de Rondônia, o café não tem mais para o Brasil o potencial civilizatório que teve no século passado. Entretanto, os resultados deste estudo indicam que na África, particularmente em Uganda, bem como no Vietnã, o desenvolvimento da cultura do café ainda é decisivo para se alcançar cidadania. Ademais, concluiu-se que o acesso à terra mediante legislação, de modo pacífico, como verificado no Vietnã, pode ser considerado um fator crucial para a cidadania numa sociedade de traço notadamente rural.

REFERÊNCIAS

ABIC. Associação Brasileira da Indústria do Café. Data da busca: 11/05/2011. Disponível em:

<http://www.abic.com.br/estatisticas.html#intro>

Bliska FMM, Mourão EAB, Afonso Júnior PC, Vegro CLR, Pereira SP, Giomo GS. Dinâmica fitotécnica e socioeconômica da cafeicultura brasileira. *Informações Econômicas*, São Paulo: Instituto de Economia Agrícola, 39 (1): 15-18, 2009.

Central Intelligence Agency (CIA). The World Factbook. [Acesso em jan. 2009]. Disponível em:

<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>

Embrapa Café. Data da busca: 10/05/2010. Disponível em:

<http://www22.sede.embrapa.br/cafe/unidade/historico.htm>

ICO – Organização Internacional do Café. A crise econômica mundial e o setor cafeeiro ED 2059/09. 9 fev. 2009. [Acesso jan. 2010]. Disponível em: <http://www.ico.org/documents/ed-2059p-economic-crisis.pdf>

ICO – Organização Internacional do Café. *Relatório sobre o Mercado Cafeeiro*. Dezembro de 2009 [Acesso em jan. 2010]. Disponível em: <http://dev.ico.org/documents/cmr-1209-p.pdf>